

Carta de Intenção deverá sair até o dia 15

BRASÍLIA — O Governo deverá definir até o próximo dia 15 de julho, com o Fundo Monetário International (FMI), o conteúdo da primeira Carta de Intenção do novo programa de ajustamento da economia. Fontes do Ministério da Fazenda informaram ontem que se for positiva a avaliação preliminar do acordo, a ser feita pelo Diretor-Gerente do FMI, Jacques de Larosière, o Brasil poderá obter, ainda em julho, o sinal verde do Fundo para retomar as negociações com os bancos credores.

No início de julho, provavelmente no dia 2, os técnicos brasileiros se sentarão novamente com a missão do FMI. O mais provável é que a missão do Fundo que esteve em Brasília até o último dia 14 volte, novamente coordenada pelo Chefe da Divisão do Atlântico, Thomas Reichmann, para outra rodada de discussões.

Em última hipótese, segundo fon-

tes do Ministério da Fazenda, uma missão chefiada pelo Secretário-Geral do Ministério da Fazenda, Sebastião Marcos Vital, Coordenador da Comissão de Negociação com o FMI iria a Washington, no início de julho, para novas conversas com o Fundo. O deslocamento dessa missão para Washington, contudo, é improvável, porque há dois inconvenientes, segundo as fontes: a experiência mostra que técnicos brasileiros em Washington precisam pendurar-se ao telefone todo o tempo para obter de Brasília dados complementares solicitados pelo FMI. O melhor é negociar aqui, onde estão os números.

Mais do que isso, seria altamente impopular, do ponto de vista político, que qualquer acordo sobre o programa de ajuste econômico a ser adotado pelo Governo seja concluído em Washington, longe do Congresso Nacional e da opinião pública brasi-

leira.

Na conversa com o FMI, a comissão de negociação finalmente colocará na mesa as definições a que o Presidente José Sarney, com o acordo das lideranças políticas, deverá chegar na próxima semana, em termos de alternativas para a redução do déficit público. Deverão ser novamente debatidos outros aspectos da política econômica, como o controle de preços, a inflação, a necessidade de redução dos gastos com subsídios.

Em um ponto o Governo já chegou a um acordo: o déficit público — ou o déficit de caixa, pelo conceito brasileiro — é, efetivamente, de Cr\$ 85 bilhões. O problema, agora, está em quanto reduzir este déficit ainda este ano. Enquanto o FMI quer uma redução drástica, o Brasil deseja fazê-la em duas etapas, adiando a eliminação total do déficit provavelmente para o próximo ano.